

ANTROPO LOGIA:

*Visão crítica da
realidade sociocultural*

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Pedro Márcio Pinto de Oliveira
(Organizadores)



ANTROPO LOGIA:

*Visão crítica da
realidade sociocultural*

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Pedro Márcio Pinto de Oliveira
(Organizadores)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Antropologia: visão crítica da realidade sociocultural

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Pedro Márcio Pinto de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A636 Antropologia: visão crítica da realidade sociocultural / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Pedro Márcio Pinto de Oliveira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-463-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.631210809>

1. Antropologia. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Catarino, Elisângela Maura (Organizadora). III. Oliveira, Pedro Márcio Pinto de (Organizador). IV. Título. CDD 306

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Caros leitores, saudação.

Esse novo cenário social incentiva-nos a (re) visitar determinados paradigmas da ciência e da educação face a crise científica que abre muitos debates no eixo temático das diferenças. Dado o debate atual sobre as transformações sociais e a percepção de que há uma ênfase cada vez maior no centro cultural como base para a análise deste momento histórico, a antropologia torna-se imprescindível na medida em que contribui para o debate sobre a contradição da função social na modernidade. A escola caracterizada pela preocupação de uma resposta rápida às demandas dos diversos setores e obcecada pela acumulação de capital, e pela educação dos cidadãos para se integrarem criticamente à vida pública como meio de contribuir para a transformação das desigualdades nessa sociedade democrática. (OLIVEIRA, 2017). À luz dessa primeira reflexão, o livro: - “Antropologia: Visão crítica da realidade sociocultural” é uma contribuição dialógica que que ancora trabalhos realizados em contextos diversos, dentro e fora do Brasil. Trabalhos esses, que utilizam a lupa da antropologia para discutir de forma crítica sobre temas que atravessam a realidade sociocultural de seus contextos. Essa rica discussão vocês leitores poderão contemplar, nos nove textos que compõem esta obra. Com isso, desejamos a tod@s excelentes leituras e reflexões.

Marcelo Máximo Purificação

Elisângela Maura Catarino

Pedro Márcio Pinto de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A INCLUSÃO ESCOLAR VOLTADA PARA CRIANÇAS E JOVENS DIAGNOSTICADOS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Rodrigo Regert


Carine Alves dos Santos

Genecis Perachi da Silva

Joel Haroldo Baade

Arã Paraguassú Ribeiro


Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6312108091>

CAPÍTULO 2..... 6

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL: RACISMO


Regina Maria Teles Coutinho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6312108092>

CAPÍTULO 3..... 14

ANTHONY GIDDENS E REINHART KOSELLECK: A TRANSIÇÃO PARA A MODERNIDADE EXPERIMENTADA ATRAVÉS DA RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL

Julia Martins Tiveron

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6312108093>

CAPÍTULO 4..... 24


CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO PANTANAL MATO-GROSSENSE (MT, BRASIL)

Sueli Pereira Castro

Mariel Maróstica Fernandes

Nayara Marcelly Ferreira


Natalia Oliveira Defende

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6312108094>

CAPÍTULO 5..... 40

PENSAMIENTO EMOCIONAL Y PANDEMIA. CRECIENDO DE CORAZÓN Y MIRANDO HACIA LA TRANSFORMACIÓN

Esperanza Meseguer Navarro




 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6312108095>

CAPÍTULO 6..... 44

ESPAÇOS SUBALTERNOS E IMAGINÁRIOS DIASPÓRICOS NO CAIS DO VALONGO

João Gabriel Rabello Sodré

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6312108096>

CAPÍTULO 7	73
UMA ANÁLISE DO HABITUS DA CLASSE CAPITALISTA	
Manoella Treis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6312108097	
CAPÍTULO 8	82
QUEM TEM MEDO DO INUMANO? AS REPRESENTAÇÕES DE HUMANIDADE E ANIMALIDADE NA LITERATURA DE FRANZ KAFKA	
Camila Giesz Bortolin	
Maria Suely Kofes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6312108098	
CAPÍTULO 9	102
<i>MIRAÇÃO</i> : EXPERIÊNCIA, MAGIA E ESCRITA SOBRE O TRANSE AYAHUASQUEIRO DE XAMÃS URBANOS	
Carolina de Camargo Abreu	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6312108099	
SOBRE OS ORGANIZADORES	119
ÍNDICE REMISSIVO	121

CAPÍTULO 6

ESPAÇOS SUBALTERNOS E IMAGINÁRIOS DIÁSPÓRICOS NO CAIS DO VALONGO

Data de aceite: 01/09/2021

João Gabriel Rabello Sodré

Doutorando em história pela Georgetown University. Advogado inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil

Esta é uma tradução de um artigo originalmente publicado em inglês no *Tinta Journal* (Second Series), Volume 1, 2020. Texto original disponível em <https://tinta.spanport.ucsb.edu/digital-issues> e em <https://ssrn.com/abstract=3601997>. Tradução por Paulo Scarpa.

RESUMO: No ano de 2011, teve início um projeto de reurbanização da zona portuária do Rio de Janeiro conduzido pela iniciativa privada, que tinha como objetivo o desenvolvimento e a privatização daquela região. Nesse contexto, as ruínas de um antigo cais de escravos reemergiram, tornando-se um símbolo de resistência negra e, juntamente com outros locais próximos e com a participação de pequenas organizações, têm contribuído para a memorialização do “Atlântico Negro”, expressão emprestada da conhecida obra de Paul Gilroy. Neste artigo, examino a história do local, chamando atenção para a relevância dessas instituições pequenas e subalternas, as quais promovem um contraponto a discursos hegemônicos que minimizam a importância de populações negras historicamente marginalizadas. No trabalho, argumento que, sendo o Valongo um local relacionado à história e à memória, trata-se de um espaço de passado e presente, constituindo uma das várias localidades

ligadas à Diáspora Africana e compondo um imaginário diaspórico global e transnacional que desafia visões eurocêntricas ao ressaltar o papel de afro-brasileiros e afro-latino-americanos na formação de suas sociedades, a despeito dos muitos desafios que estes enfrentam e historicamente enfrentaram.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Diáspora Africana; Memorialização; Arqueologia; América Afro-Latina; Estudos Afro-Brasileiros.

ABSTRACT: In 2011, a private-led renovation project sought to redevelop and privatize Rio de Janeiro’s port area. In this context, the ruins of an old slave wharf re-emerged, becoming a symbol of Black resistance and, alongside nearby sites and small-scale organizations, have contributed to the memorialization of the “Black Atlantic,” an expression borrowed from Paul Gilroy’s notorious work. In this paper, I recall the history of the site, pointing out to the relevance of such small and subaltern institutions, which counter hegemonic discourses that de-emphasize the relevance of historically-marginalized Black populations. As a site that recalls histories and memory, I argue that the Valongo is a place of past and present, being one of the many locations connected to the African Diaspora, and part of a transnational global diasporic imaginary that challenges Eurocentrism, while emphasizing the role of AfroBrazilians and Afro-Latin Americans in the formation of society, despite the many challenges they face and have historically faced.

KEYWORDS: Slavery; African Diaspora; Memorialization; Archaeology; Afro-Latin America; Afro-Brazilian Studies.

INTRODUÇÃO

Numa segunda-feira ensolarada de julho de 2018, dezenas de candomblecistas, militantes do movimento negro, moradores da zona portuária, repórteres de uma agência de notícias estatal, pessoas em situação de rua e pedestres curiosos reuniram-se diante das ruínas de um antigo cais, localizado na região portuária do Rio, que havia sido renovada antes dos Jogos Olímpicos de 2016. As placas discretas em torno do local – algumas estranhamente descrevendo a história de prédios públicos localizados a quilômetros de distância, como o Teatro Municipal – expunham um pequeno resumo do que um dia foi o Cais do Valongo. Considerado pela UNESCO como patrimônio da humanidade apenas um ano antes do evento, o Cais foi descrito pela instituição como “o mais importante traço físico da chegada de pessoas escravizadas da África no continente americano” (UNESCO, 2017). Essa inclusão contribuiu para as já delicadas discussões a respeito do local. A cerimônia religiosa daquela manhã foi a sétima consecutiva e a primeira após a inscrição realizada pela UNESCO, mas estava longe de ser apenas uma manifestação de cunho religioso. A mãe-de-santo Edelzuita do Oxoguián, conhecida ativista, vinculada ao Movimento Negro Unificado – MNU, e ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro – Comdedine (CICALO, 2015), conduziu a cerimônia, deixando nas ruínas um buquê de flores em formato de coração. Em seguida, liderou o grupo numa caminhada em direção a um antigo prédio industrial, localizado do outro lado da rua. Diante do edifício de tijolos, projetado em 1871 por André Rebouças, tido como o primeiro engenheiro afro-brasileiro (LIMA et al., 2016), a multidão entoou, repetidamente, em voz alta: “Queremos nosso museu!” Esse evento político-religioso ocorreu cerca de dois meses antes do notório incêndio do Museu Nacional, que reduziu o mais complexo dos museus brasileiros e sua extensa coleção a cinzas, pouco depois dessa instituição ter completado 200 anos, levando a análises relevantes e oportunas a respeito do papel dos museus e das instituições acadêmicas no Brasil. No entanto, no presente trabalho não nos dedicaremos a essa discussão, mas sim ao que o Valongo representa no amplo debate acerca do silenciamento das histórias da diáspora africana e do ativismo contemporâneo contrário à inequidade racial, enfatizando o papel das instituições subalternas nesse debate.

Meus interesses de pesquisa incluem os impactos dos megaeventos no Brasil, em especial no que diz respeito às economias informais e aos pânicos morais que cercam esses eventos, tendo como referência, por exemplo, o trabalho extensivo de Gregory Mitchell sobre os recentes megaeventos realizados no país. Também me interessa a literatura produzida por Paul Amar sobre renovação urbana militarizada, financiada pela iniciativa privada, e a decorrente securitização de corpos negros e LGBTI. Contudo, este trabalho não está centrado nos Jogos Olímpicos ou em questões especificamente relativas a territórios negros no Brasil. Em vez disso, optamos por analisar o significado amplo do Cais do Valongo, argumentando que as ruínas não constituem apenas um sítio relacionado

ao tráfico de escravos, mas também estimulam o debate e servem como prova concreta de séculos de marginalização de populações afrodescendentes, que foram sujeitas à exploração do tráfico de escravos e da escravidão, e que até hoje sofrem com questões como habitação e serviços públicos, assim como outras formas de exclusão. Também argumento que as ruínas contribuem para uma ênfase na resistência de populações afrodescendentes, refletida em análises acadêmicas que se deslocaram de temas como miscigenação e trabalho escravo, passando a enfatizar as contribuições de afro-latino-americanos para suas sociedades, quando eles passam a ser vistos, através de perspectivas diaspóricas e culturais, como “agentes criativos contribuindo para suas próprias experiências” (OFFEN, 2018, 488) e tomando parte em uma miríade de atividades qualificadas, tanto em áreas rurais quanto urbanas (BARONOV, 2000, 19). Ademais, também participaram de processos de emancipação e de luta por direitos, tanto antes quanto depois da abolição (FERREIRA e SEIJAS, 2018).

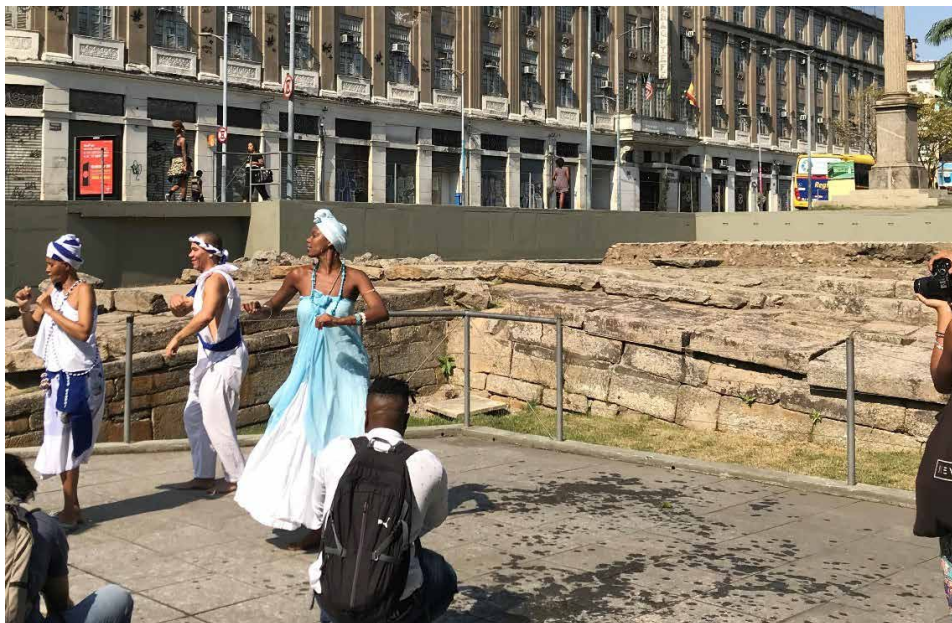




Figura 1. Por João Gabriel Rabello Sodré
A bênção do Cais do Valongo. 2018.

Este capítulo resulta de um projeto de dois anos, parte dos quais eu estive no Brasil participando, durante meses, de vários eventos relacionados à zona portuária carioca, visitando espaços alternativos, instituições subalternas e conhecendo diferentes atores à frente da construção de narrativas que se opõem ao projeto *mainstream* de renovação portuária. Ainda que a UNESCO seja uma das entidades envolvidas na busca pela preservação do Valongo, este capítulo focará na relevância de instituições subalternas e no engajamento de atores populares no processo de memorialização em curso. Como parte de uma abordagem etnográfica, visitei repetidas vezes a região do porto, frequentemente percorrendo a área com outros profissionais e estudantes, construindo minha rede acadêmica com novos contatos, conversando com representantes de instituições (tanto *mainstream* como populares), tirando fotografias, comparecendo a simpósios e conferências e coletando materiais (tais como panfletos, encartes, livros) produzidos e distribuídos tanto por acadêmicos como por atores subalternos. Este trabalho expõe, portanto, os resultados obtidos através dessa etnografia aberta, ao mesmo tempo em que lida com uma literatura analítica pertinente, que conecta o Valongo à discussão global acerca dos locais afro-diaspóricos de memorialização, permitindo que sejam enfatizadas contra-narrativas que emergem desses locais e desafiam as narrativas hegemônicas que tentam silenciar a existência de uma resistência de longa duração na Diáspora Africana.

DESCOBRINDO O VALONGO

Em meio ao promissor crescimento econômico e ascensão do Brasil à proeminência

global, que inclui a conquista do direito de sediar dois grandes eventos esportivos – a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, o Município do Rio de Janeiro estabeleceu uma parceria público-privada, destinada a revitalizar a região portuária da cidade. Um consórcio de companhias privadas foi selecionado, através de licitação pública, para reurbanizar e realizar a manutenção de todo um distrito, por quinze anos, assumindo a responsabilidade de levar a cabo tarefas como a construção de novo calçamento, reposição do asfalto, instalação de novos equipamentos e a provisão de serviços básicos, como a coleta de lixo e a iluminação pública (CARDOSO, I., 2013; GONÇALVES, 2013). Como parte da estrutura de financiamento, o Município do Rio de Janeiro emitiu Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), títulos negociáveis que permitiam aos compradores construir edifícios mais altos na zona portuária, autorizando a construção de prédios de cinquenta andares em quarteirões específicos. Todos os títulos foram comprados pelo banco estatal Caixa Econômica Federal, por um valor total de R\$ 3,5 bilhões, em junho de 2011, correspondendo a aproximadamente US\$ 2 bilhões, à época (SÁNCHEZ e BROUDEHOUX, 2013). Juntamente com a privatização do espaço público, um programa de segurança privada financiado por uma associação de empresários, integrando unidades de patrulhamento para atuar exclusivamente em determinados bairros, foi estendido à zona portuária, com a criação de uma unidade de patrulha em um ponto de grande visibilidade, um dos marcos urbanos da região, a Praça Mauá, ampliando um modelo de segurança e controle comandado pela iniciativa privada (DE LISIO e RABELLO SODRÉ, 2018). Na mesma praça, novos museus foram construídos, como o Museu do Amanhã, patrocinado pelo Santander e pela IBM, assim como pela Fundação Roberto Marinho, fundação privada ligada ao maior conglomerado de mídia do país. O museu foi projetado pelo arquiteto-celebridade Santiago Calatrava, à frente de outros trabalhos da mesma época tais como o World Trade Center Terminal e seu emblemático “Oculus”, em Manhattan, e foi erguido sobre um píer de concreto com vista para a Baía de Guanabara. A oeste do museu, um viaduto que fora construído nos anos 1960 e, no passado um símbolo de modernidade, foi demolido em 2013 e substituído por um túnel subterrâneo, sobre o qual foi construído um passeio público, mais tarde batizado de Boulevard Olímpico. No dia da demolição, o prefeito Eduardo Paes declarou à imprensa local: “A cidade, a gente sabe, passou muito tempo sem capacidade de olhar para frente. Acho que aqui o Rio renasce... Aqui começou muita coisa. O samba começou aqui, aqui tem muita história” (TORRES et al., 2013).

O Boulevard rapidamente se tornou o novo espaço comum da cidade, recebendo murais de grafite desenhados por grafiteiros célebres, entre eles o artista brasileiro Eduardo Kobra, cujos trabalhos adornam muros e paredes de grandes metrópoles mundiais, entre as quais Nova Iorque e Tóquio. Seu trabalho “Todos Somos Um (Etnias)” – cuja estranha tradução para o inglês no website oficial do autor é “*All Are One*”, sugerindo uma distorção semântica – consiste em um mural de três mil metros quadrados, que retrata pessoas descendentes de africanos, asiáticos e de índios nativos americanos, numa representação

cheia de cores de um mundo multicultural imaginário, ecoando a tendência globalizante dos anos 90. Não obstante, as ruínas de pedra recém-descobertas ameaçam o empreendimento privado, ecoando histórias de tráfico de escravos, de escravidão e racismo, convocando a que se recontem as histórias a partir da perspectiva dos grupos marginalizados, ao mesmo tempo em que cumpre um importante papel de símbolo da agenda de grupos sociais historicamente marginalizados, especialmente os negros brasileiros e populações de origem africana ao redor do globo.



Figura 2. Idem

O VLT no Boulevard Olímpico e o mural “Etnias” por Eduardo Kobra.

2018.

Um esforço foi organizado para a realização de escavações num sítio específico, próximo ao epicentro do projeto, motivado pela ampla intervenção urbanística na área (LIMA et al., 2014). Apesar de registros históricos indicarem a existência de um complexo escravista naquele local, uma escavação arqueológica na área foi realizada somente na década de 2010 (LIMA et al., 2014; SOARES, 2018). A exposição das ruínas do antigo cais de escravos e a extração de diversos objetos levaram à criação de um relatório por parte do órgão brasileiro responsável pela preservação do patrimônio histórico, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. De acordo com o relatório, mais de 900 mil indivíduos desembarcaram na área conhecida como Valongo (INSTITUTO DO

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, s/d).

O documento foi submetido à UNESCO, que incluiu as ruínas na lista de Sítios do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2017). A inclusão pela organização internacional realça a dimensão global da história do Rio de Janeiro, expondo conexões transnacionais que transcendem a imagem da alegria carnavalesca estereotipada, ao qual a cidade é normalmente associada. Ainda que o tráfico de escravos e a escravidão tenham sido objetos de uma extensa literatura, historicizar este local é fundamental para compreender as razões pelas quais o Valongo, especificamente, se tornou um importante cais de escravos no auge do tráfico global e, mais recentemente, um local de memória e ativismo social, com potencial transnacional.

O RIO COMO EIXO DO TRÁFICO GLOBAL DE ESCRAVOS

O Rio não alcançou a posição de eixo do tráfico global de escravos quando de sua fundação, em 1565. Na verdade, a cidade só ganhou relevância política e econômica no século XVIII, em função de sua localização estratégica para fins militares, que fazia dela um local ideal para estabelecer a sede do governo da colônia (BICALHO, 2003, 84), mas acima de tudo devido à expansão da economia de extração mineral em províncias do interior, como Minas Gerais, que demandava o fluxo de mercadorias em direção à região litorânea, estimulando o crescimento da área portuária da municipalidade (NEEDELL, 1984). Em 1763, em vista dessas características estratégicas da cidade que favoreciam o controle econômico e administrativo da colônia, a Coroa Portuguesa determinou a mudança da capital colonial de Salvador, localizada na distante região nordeste, para o Rio de Janeiro, na região sudeste, uma mudança que assinalou a reorientação econômica mencionada acima (BERGAD, 2007, 132-164).

A expansão da extração de metais preciosos e o cultivo de novos produtos agrícolas no século XIX, especialmente o café, demandou mais força de trabalho (KLEIN e LUNA, 2010, 35-73) e centenas de milhares de novos trabalhadores escravizados foram trazidos para o Brasil. Ainda que as estimativas variem sobre o número aproximado de pessoas escravizadas trazidas para as Américas, uma ferramenta *multi-campus* agrega dados obtidos por vários pesquisadores em uma única base de dados, chamada *Trans-Atlantic Slave Trade Database*. De acordo com essa base de dados, cerca de cinco milhões de indivíduos foram traficados para o Brasil entre o início do século XVI e meados do século XIX (THE TRANS-ATLANTIC SLAVE TRADE DATABASE, 2019). Ainda que essa abordagem qualitativa exponha a dimensão monstruosa do tráfico de escravos, ela foi criticada por (1) criar uma estrutura na qual a dimensão humana não é devidamente evidenciada; (2) confiar nos dados a partir da premissa de que eles são plenamente confiáveis; e (3) não levar em conta o contrabando, uma prática relevante na América Ibérica (FERREIRA E SEIJAS, 2018). Não obstante suas possíveis falhas, as estimativas corroboram o fato de que a

maioria das pessoas escravizadas vieram para a América Latina, sendo então distribuídos para uma ampla gama de áreas na sub-região (ANDREWS, 2018; PUTNAM, 2018). Além disso, a TASTD também permite que pesquisadores mapeiem as rotas de comércio, revelando um intrincado sistema transcontinental, com múltiplas redes e camadas, mas também conexões identificáveis de Angola a Cartagena e Veracruz, de Luanda e Benguela ao Rio, entre outras importantes conexões transatlânticas (PUTNAM, 2018).



Figura 3. Idem

Vista das Ruínas do Cais do Valongo, 2018.

Existem ao menos quatro fatores explicativos para o intenso fluxo de pessoas escravizadas para o Brasil. O primeiro diz respeito aos primórdios da colonização portuguesa, nas ilhas do Atlântico, e a criação de feitorias na África continental e o uso de trabalho escravo nas áreas insulares, que asseguraram aos portugueses uma posição dominante no Atlântico, levando ao transporte forçado de centenas de milhares de pessoas para as Américas, inclusive para possessões espanholas (FERREIRA E SEIJAS, 2018). O segundo fator se relaciona a conexão direta entre as costas da África e do Brasil. Ou seja, ao invés de um comércio triangular, tal como aquele implementado em outras colônias, especialmente na América do Norte, os postos de comércio estabelecidos pelos portugueses tanto no litoral africano como no brasileiro favoreceram uma troca direta e eficiente de mercadorias entre os dois lados do Atlântico (KLEIN e LUNA, 2010, 66). Esse sistema também abrangia uma intrincada rede de comércio de escravos na própria África, no qual

comerciantes europeus trocavam tecidos da Índia por pessoas escravizadas, contribuindo para a intensificação do tráfico de escravos entre os dois continentes (FERREIRA e SEIJAS, 2018). O terceiro fator, relacionado aos anteriores, diz respeito à posição do Rio como eixo para a baldeação de pessoas escravizadas, que fazia da cidade um porto chave para o que foi designado como “tráfico trans-imperial de escravos” (FERREIRA e SEIJAS, 2018, 35); uma longa rota terrestre e marítima, que conectava o oriente e o ocidente da África, de onde navios partiam transportando pessoas escravizadas para o Rio de Janeiro, onde ocorria o transbordo dessas pessoas em direção a Buenos Aires, administrada pela Espanha, e de onde muitas delas seriam realocadas para as lucrativas minas de Potosí, na atual Bolívia. Em decorrência de sua importância para o tráfico global de escravos, o Rio de Janeiro se tornou o maior porto de entrada de pessoas escravizadas no Brasil, nos séculos XVIII e XIX (CONRAD, 1985, 34-65). O último fator que permite compreender a posição do Rio no contexto histórico global – e que corrobora sua intensa atividade e eventual declínio entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX – é a correspondência entre a escravidão e a industrialização europeia. Pesquisadores como Eric Williams argumentam que o sistema escravista contribuiu para a acumulação de capital na Europa, servindo inicialmente como suporte para a Revolução Industrial, mas vindo a se tornar, mais tarde, menos lucrativo que a economia industrial, o que eventualmente levaria a sua abolição (BERGAD, 2007, 132-164). Portugal e Inglaterra eram aliados desde o século XIV, tornando essa aliança, exceto por breves interrupções, a mais antiga do mundo entre as ainda existentes (PRESTAGE, 1934). Essa relação foi ratificada em diferentes momentos, tal como em 1808, quando um decreto emitido por Portugal, que enfrentava uma iminente invasão de seu território pelas forças de Napoleão e havia transferido sua corte para o Rio, concedeu o fim do monopólio português sobre o comércio brasileiro, permitindo que outras nações fizessem transações diretas com os portos brasileiros, beneficiando assim a Inglaterra industrializada. Em 1810, diante da crescente presença inglesa no Rio, Portugal autorizou a Igreja Anglicana a funcionar em casas particulares e em edifícios sem fachadas eclesiásticas (WEAVER, 1952). Mais tarde, em 1811, um cemitério anglicano foi criado na zona portuária da cidade (FIGUEIREDO, 2011).

O crescente influxo de pessoas negras, muitas delas chegando mortas ou em estágio terminal de saúde, tornou-se um incômodo para as elites do Rio de Janeiro, levando a mudanças logísticas e ao estabelecimento do Valongo. A questão foi cedo tratada pela autoridade local, o Marquês do Lavradio, que determinou a transferência do cais de escravos para uma localização mais discreta em 1774: o Valongo (CONRAD, 1985, 34-65; LARA, 1997; SOARES, 2018). CONRAD (1985, 58-59) transcreve um trecho de uma carta escrita em 1779 pelo Marquês para o seu sucessor, na qual o administrador afirma:

Havia... nesta cidade, o terrível costume de tão logo os negros desembarcarem no porto vindos da costa africana, entrarem na cidade através das principais vias públicas, não apenas carregados de inúmeras doenças, mas nus [...] e

fazem tudo que a natureza sugeria no meio da rua [...]. Minha decisão foi a de que quando os escravos fossem desembarcados na alfândega, deveriam ser enviados de botes ao lugar chamado Valongo, que fica em um subúrbio da cidade, separado de todo contato, e que as muitas lojas e armazéns deveriam ser utilizados para alojá-los.

Exatamente como o Marquês previra, o Valongo tornou-se não apenas um cais de escravos, mas um complexo de instalações relacionadas à escravidão, que incluíam mercados em que homens, mulheres e crianças eram vendidos, assim como um lazareto (instalação destinada à quarentena de pessoas escravizadas que se encontravam doentes) e cemitérios. Esses cemitérios possuíam um certo grau de especialização, como era o caso do *Cemitério dos Pretos Novos*, onde eram enterrados aqueles que morriam logo após a chegada (LIMA, 2018) ou, mais precisamente, despejados (SOARES, 2018), até seu fechamento após a aprovação de uma lei contra o tráfico de escravos, em 1831 (HONORATO, 2018). O complexo do Valongo, portanto, encontrava-se simultaneamente “próximo e distante do centro da cidade” (BROUDEHOUX e MONTEIRO, 2017), o que significa que, até certo ponto, se buscava esconder dos olhos das elites a maquinaria destrutiva da escravidão, ao mesmo tempo em que a mantinha convenientemente próxima do centro da cidade.

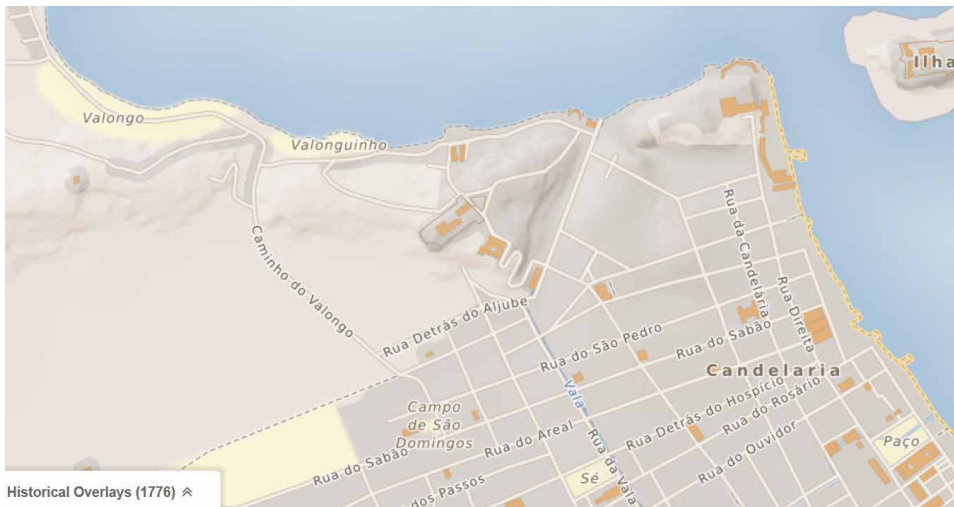


Figura 4. Imagine Rio

A área do Valongo: próxima-ainda-que-distante.

Após a proibição oficial da importação de pessoas escravizadas em 1831 – ainda que a prática tenha persistido de forma ilegal nas décadas seguintes (CONRAD, 1985, 90-117; GALOTTI e GRINBERG, 2018; SOARES, 2018) – o complexo do Valongo entrou em declínio e tornou-se necessário designar uma nova função ao outrora movimentado cais.

A independência do Brasil, decretada em 1822 pelo filho do rei de Portugal, estabeleceu um regime monárquico, que requeria, como de costume, casamentos arranjados, acompanhados de celebrações suntuosas, às custas da população. Em 1843, uma nova doca foi construída sobre o Valongo e batizada de “Cais da Imperatriz”, marcando a chegada da Princesa Teresa Cristina das Duas Sicílias em ocasião do seu casamento com Dom Pedro II (LIMA et al., 2016; SOARES, 2018). LIMA et al. citam um relatório de uma autoridade local, que mostrava seu entusiasmo com a limpeza histórica e social promovida pela reforma: “a velha e suja praia do Valongo acaba de ser convertida em uma praça elegante... após a construção do Cais da Imperatriz”. Novas mudanças urbanas foram adotadas na virada do século como parte da tendência global de renovação urbana, que também teve impacto sobre cidades importantes do Sul Global.

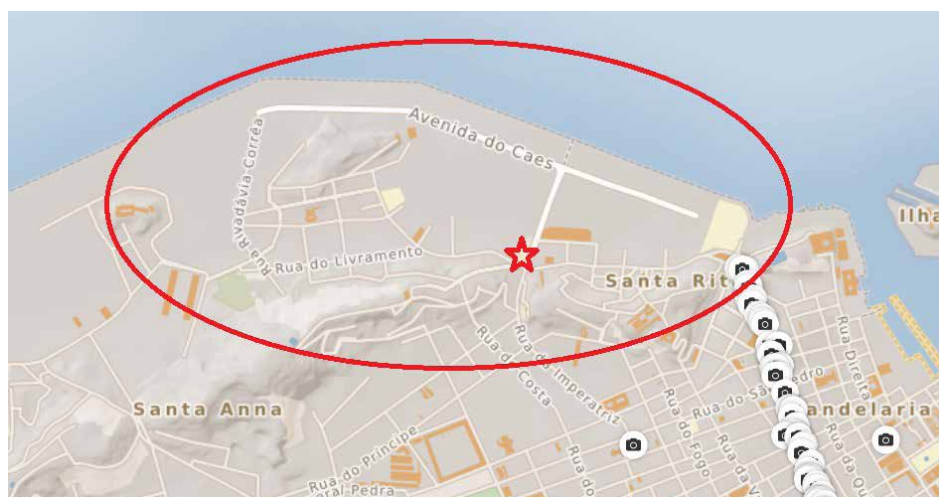


Figura 5. Idem

Área aterrada do porto do Rio em 1906 (círculo vermelho) e a área do Valongo (estrela vermelha)

No final do século XIX e no início do século XX, as estruturas coloniais contrastavam com a estética “civilizacional” da Belle Époque, que havia então alcançado a América Latina na forma de um neocolonialismo cultural (ALMANDOZ MARTE, 2002, 2). Com o objetivo de se encaixar nos novos padrões europeus, Buenos Aires e Rio de Janeiro, entre outras capitais latino-americanas, implementaram reformas urbanas inspiradas pela experiência de Haussmann em Paris, com a construção de avenidas arborizadas, salas de ópera e museus. No Rio, cuja população crescera de 235 mil habitantes, em 1870, para 522 mil, em 1890, residências que acomodavam múltiplas famílias, indistintamente chamadas de cortiços, tornaram-se alvo das autoridades, com base em alegações de falta de higiene e associação com doenças, uma justificativa que mascarava um higienismo social (VAZ, 1994). A associação entre paisagem urbana colonial ao anacronismo e baixos padrões de

higiene pode ser depreendida do relatório apresentado em 1903 pelo comissário Alfredo Américo de Souza Rangel ao prefeito Pereira Passos, no qual ele afirma que a solução para os problemas sanitários da cidade depende da reconstrução de edifícios e da construção de avenidas largas, para que edificações tidas como anti-higiênicas sejam removidas e árvores sejam adicionadas à paisagem urbana (RANGEL, 1903). O memorando também recomendava que se ampliasse o acesso à zona portuária, considerada pelo comissário como uma parte importante do comércio marítimo, que havia sido importunamente isolada por morros; uma clara mudança de perspectiva em relação à ideia setecentista de que a separação se fazia necessária, motivada pelo comércio de pessoas escravizadas. No início do século XX, a zona portuária do Rio foi aterrada para a construção de um porto moderno e assim permaneceu até o início da execução do projeto Porto Maravilha, quase cem anos depois.

ESPAÇOS SUBALTERNOS E HISTÓRIAS ALTERNATIVAS

Ainda que o Valongo conte uma história de opressão, ele também evoca histórias de resistência. Na zona portuária desindustrializada do Rio, encontra-se uma das mais antigas favelas da cidade: a Providência (GONÇALVES, 2013; MCCANN, 2014). No início de seu desenvolvimento as favelas abrigaram ex-soldados e populações anteriormente escravizadas. Eventualmente, elas se tornariam locais de residência de outras populações da classe trabalhadora, boa parte delas afro-brasileiras, e partes da área central do Rio logo seriam chamadas de “Pequena África” (ANDREWS, 2018), carregando uma densa herança cultural e servindo como um dos pontos de encontro das primeiras formas do carnaval local, os *ranchos* (SANTOS, 1998, 124) e refletindo o fato de que pessoas negras têm sido parte integrante do “Atlântico Negro”, termo adotado por Gilroy para se referir a intensa participação de pessoas negras na formação das economias e sociedades do Atlântico (GILROY, 2000). Sendo assim, equivale dizer que há uma narrativa alternativa, contrária à eurocêntrica e que, no caso da zona portuária do Rio, diferentes instituições subalternas vêm tentando enfatizar essa outra perspectiva.

Uma das instituições alternativas que surgiram na área é o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), situado próximo às ruínas do cais e parte do complexo mencionado na Introdução deste trabalho. Na década de 1990, Merced dos Anjos, filha de imigrantes espanhóis, era apenas uma dentre os muitos residentes de uma rua do bairro, quando uma descoberta inesperada mudou sua vida. Enquanto redecorava sua velha casa na Rua Pedro Ernesto, uma rua estreita com uma fileira de construções oitocentistas, Merced ficou atônita quando ossos, que inicialmente se imaginou serem restos de animais, foram encontrados enterrados sob o chão. A subsequente confirmação de que os restos eram, na verdade, ossos humanos, enterrados no que foi designado como Cemitério dos Pretos Novos, levou à fundação de um pequeno museu, em 2005, que hoje ocupa a casa

ao lado da residência da senhora Dos Anjos. O trabalho arqueológico realizado no sítio aventou que 6.119 indivíduos de diferentes idades e sexos biológicos foram enterrados no local, entre 1824 e 1830 (PEREIRA, 2007, 87). O IPN foi criado muito antes do surgimento de qualquer projeto que visasse a atual renovação da região portuária, administrado pela própria Merced e financiado através de doações. O prédio é composto de três cômodos: um auditório, uma sala de exibição permanente na qual se encontram alguns dos achados arqueológicos, incluindo um esqueleto de corpo inteiro exposto sob um piso de vidro e um terceiro cômodo, dedicado à exibição da cultura africana na diáspora e à cultura afro-brasileira, que também hospeda uma pequena biblioteca acessível ao público em geral.



Figura 6. João Gabriel Rabello Sodré

A imagem da esquerda mostra a sala de exposições do IPN, onde informações históricas, bem como objetos e restos humanos, encontram-se expostos. A imagem da direita mostra os restos de um esqueleto preservado. 2018.

A instituição abriga uma gama de atividades, todas gerenciadas por Merced, em seu movimentado escritório nos fundos do prédio, onde ela passa grande parte do tempo gerenciando múltiplas tarefas, como pude ver em minhas visitas ao local – ela estava

constantemente no telefone e no computador, administrando as finanças da organização, oferecendo visitas guiadas àqueles que tocavam a campainha e organizando cursos. O IPN convida pesquisadores e estudantes, alguns dos quais eu encontrei durante meu tempo no campo, a realizar palestras sobre temas relacionados ao mundo afro-atlântico, abrangendo desde história urbana até raça, etnicidade e identidade. Todas as palestras são abertas ao público mediante uma pequena contribuição. Essa instituição alternativa oferece serviços educacionais e é um exemplo do intenso envolvimento de indivíduos leigos nos esforços de memorialização da história e da cultura afro-brasileira.

A poucos metros das ruínas do Valongo, uma instituição ainda mais discreta, porém ativa, a Organização dos Remanescentes da Tia Ciata – ORTC, celebra a herança de Hilária Batista de Almeida. Mais conhecida como Tia Ciata, Hilária foi uma liderança do candomblé que se mudou para o Rio, emigrando do estado nordestino da Bahia. No Rio, estabeleceu-se numa das favelas da região do porto, o Morro da Conceição, na década de 1870 (SOARES, 2018), sendo considerada uma figura proeminente nos primeiros círculos de samba (CARDOSO, R., 2015; GOMES, 2003) e atuante na composição da primeira composição de samba da qual se tem registro (DUNN, 2005). Gracy Mary Moreira, bisneta de Tia Ciata e ativista do movimento negro, preside essa instituição alternativa localizada em uma pequena sala, num velho edifício de propriedade do Município, cedido para a organização por um antigo prefeito. A própria Gracy saúda cada visitante, contando histórias sobre sua bisavó e sua presença mítica no circuito cultural da cidade, enquanto aponta para as fotografias nas paredes, para os objetos que decoram a sala e um manequim utilizando vestimentas associadas a Tia Ciata. Apesar da discricção e simplicidade do espaço, ele recebe muitos visitantes, desde estudantes secundaristas até viajantes internacionais, como pode ser visto nas muitas páginas assinadas do livro de visitas.

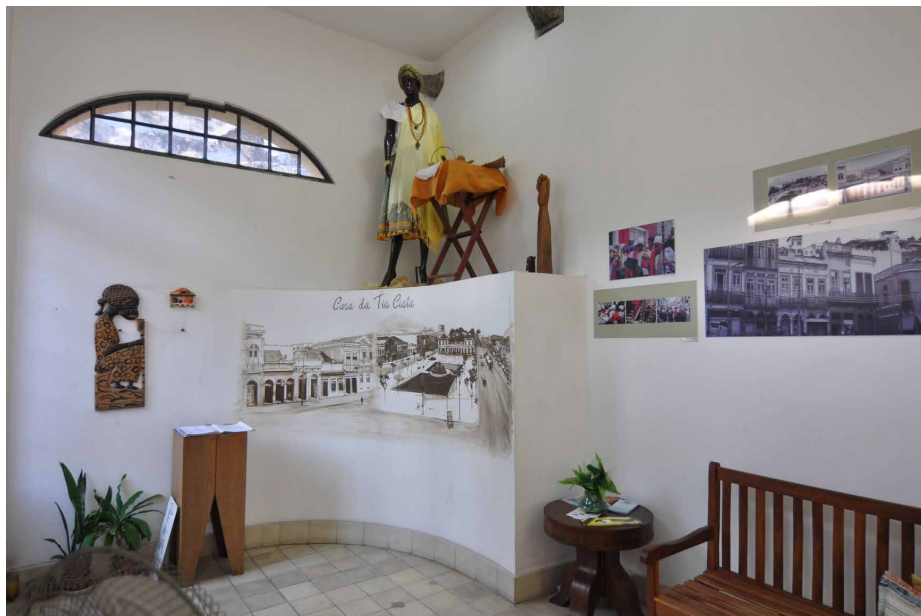


Figura 7. Idem

Sala de exibição da ORTC. 2018.

Assim como o IPN, a ORTC também depende de doações dos visitantes e sedia eventos relacionados à cultura afro-brasileira, sempre anunciados nas mídias sociais. Ambas as organizações, a despeito das especificidades de seus nomes, funcionam não apenas como repositórios de história não-hegemônicos e não-acadêmicos, mas também como espaços que abrigam debates contemporâneos, como é possível constatar pelos diversos panfletos encontrados na ORTC relacionados aos grandes debates atuais sobre questões raciais, entre eles um material explicativo, emitido pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro – Comdedine, bem como um manifesto radical da Marcha das Mulheres Negras contendo uma lista de direitos reivindicados e uma convocação para uma marcha com o vigoroso slogan: “Pelas vidas das pessoas negras – mais mulheres negras no poder”. Os panfletos ecoam um tema frequentemente deixado de lado em termos históricos: no contexto do ativismo e engajamento social brasileiro, a associação negra Estrela da Redenção foi fundada no mesmo ano em que a escravidão foi oficialmente abolida no país (1888) e outras congregações similares surgiram nos anos seguintes; uma tendência que incluiu a publicação de vários jornais e revistas afro-brasileiros, já a partir de 1889, todos os quais promovendo uma ampla discussão sobre a desigualdade racial nas diversas regiões do Brasil (DOMINGUES, 2018). Tia Ciata foi contemporânea desses movimentos e a presença desse rico material também nos lembra da luta mais do que centenária contra o racismo.

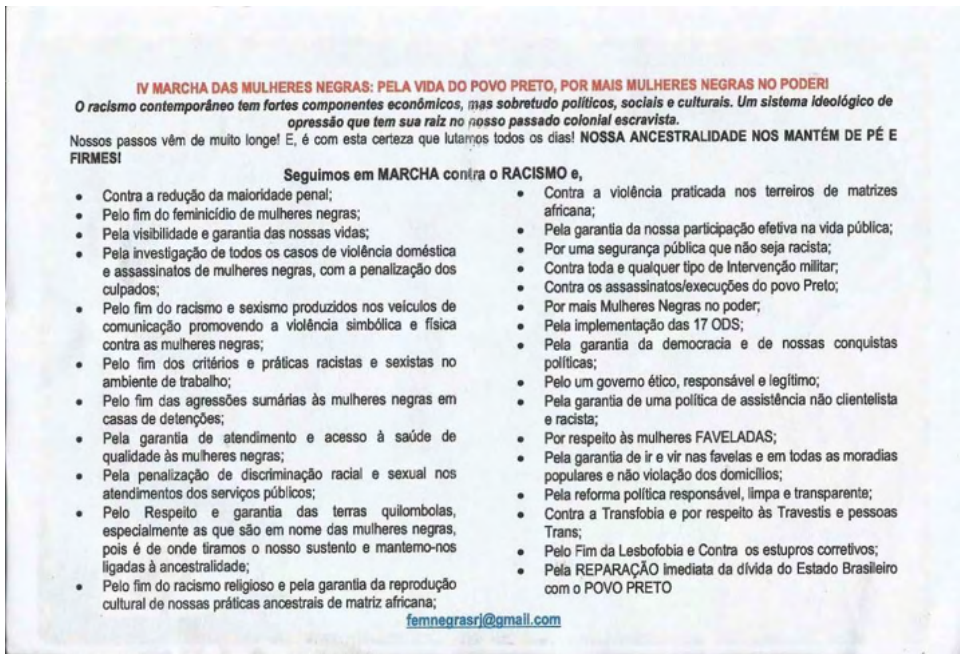


Figura 8. Idem

Panfleto estilo manifesto, encontrado em meados de 2018 na ORTC, relativo à IV Marcha das Mulheres Negras, denuncia o racismo estrutural da sociedade brasileira.

Representantes tanto do Instituto como da Casa da Tia Ciata não apenas sediam seus próprios eventos, mas também participam de eventos organizados por terceiros, nos quais a relevância da região do Valongo e sua importância para a Diáspora Africana são debatidas. Além disso, o IPN e a ORTC participam de mobilizações sociais que buscam apresentar uma alternativa ao projeto oficial de renovação do porto e seu discurso hegemônico, tais como a cerimônia de benção do Valongo mencionada anteriormente. Ambas as organizações buscam, além da memorialização de locais e pessoas específicos, promover eventos acerca de uma ampla gama de questões, incluindo palestras e cursos curtos sobre racismo e exclusão social, bem como eventos culturais com apresentações de música e dança.

Uma terceira localidade subalterna, de uma diferente tipologia (não é uma construção ou um museu alternativo) é conhecida como Pedra do Sal, um ponto de encontro cultural bem estabelecido, onde centenas de pessoas se reúnem toda segunda-feira para celebrar o samba. O evento semanal também destaca o espaço como um importante local de resistência, cujo reconhecimento como quilombo tem sido defendido pelos frequentadores. O termo “quilombo” foi inicialmente utilizado para designar comunidades rurais formadas por escravos fugitivos que haviam sido bem-sucedidos em escapar das fazendas. Posteriormente, foi expandido para se referir a comunidades formadas por indivíduos

negros marginalizados em outros contextos, inclusive urbanos (BOWEN, 2010). Ainda que comunidades de fugitivos existiram em todas as sociedades nas quais houve escravidão, como é o caso dos *palenques* de Cuba, o Brasil é considerado o lugar com os maiores, mais disseminados e mais longevos quilombos das Américas, como resultado das enormes proporções da escravidão no país (KLEIN e LUNA, 2010, 189-211) bem como a vantagem territorial que dificultava os ataques dos caçadores de escravos, em comparação, por exemplo, com o território muito menor de Cuba (BERGAD, 2007, 202-250). Nesse processo de resignificação, o elemento da mobilização social em torno de uma causa tem sido destacado como um importante fator para o reconhecimento de um quilombo; trata-se de uma mudança significativa em relação às antigas definições coloniais do termo, que em geral partiam da premissa de que uma comunidade formada por negros “fugitivos” era, por si só, um quilombo (ALMEIDA, 2002).

Em meio a esforços de antropólogos para se distanciar dessas definições coloniais e abranger uma perspectiva mais ampla, a expressão *cidade aquilombada* tem sido utilizada para caracterizar a cidade afro-brasileira que o Rio se tornou no século XIX (BATISTA, 2003, 204); trata-se de uma terminologia que destaca a presença urbana e a agência dos afro-brasileiros, em contraste com os esforços de europeização que tiveram lugar naquele momento. Ainda que a expressão *cidade aquilombada* sugira um uso mais fluido do termo, a classificação de uma área como quilombo ainda se apoia na existência de certas características, que foram encontradas na referida área da Pedra do Sal, que também se localiza na região do porto e foi declarada patrimônio do estado em 1987, em virtude de sua relevância como ponto de encontro histórico de trabalhadores negros e praticantes de religiões afro-brasileiras e devido a sua centralidade nos círculos iniciais do samba (MATTOS e ABREU, 2011; CORRÊA, 2016). Uma associação foi fundada para defender a memorialização e a classificação da área como quilombo (MATTOS e ABREU, 2011) e um dos líderes desse movimento, Damião Braga, afirmou em um relatório de uma agência brasileira então responsável pela demarcação de quilombos que, a despeito da conquista do reconhecimento como Sítio do Patrimônio Mundial, “entendemos que não se protege o patrimônio sem proteger as pessoas, e essas pessoas somos nós, os quilombolas.” (CORRÊA, 2016, 15). Damião também menciona a grande quantidade de recursos financeiros destinados à renovação do porto, chamando atenção para a ausência da participação da comunidade na formulação desse projeto, assim como sua falta de acesso a esses recursos. Seja como for, assim como o IPN e a Casa da Tia Ciata, a Pedra do Sal, ainda que mais *mainstream* em sua subalternidade, também se apresenta como repositório de história, ao mesmo tempo em que coloca em destaque uma luta afro-brasileira contemporânea.

As três instituições exemplificam o engajamento de organizações populares em um processo de memorialização, colocando em pauta uma análise do conceito gramsciano de subalternidade. Embora o termo tenha sido às vezes considerado uma estratégia para

contornar a censura, substituindo o termo original marxiano “proletariado”, pesquisadores como Crehan rejeitam o argumento da sinonímia e a redução do termo a classe social, considerando o conceito como “amplamente inclusivo, abrangendo todos aqueles que são oprimidos e não opressores, governados e não governantes” (CREHAN, 2016, 15). De acordo com essa perspectiva, mulheres, pessoas de diferentes raças, grupos religiosos, entre outros, estariam incluídos nessa categoria. A autora também examina a divergência acerca da capacidade de reagir e responder, afirmando que, embora, para Spivak, acadêmica dedicada aos estudos pós-coloniais, as vozes subalternas sejam mudas, James Scott responde que o subalterno é capaz de sustentar sua própria “crítica do poder” (CREHAN, 2016, 13). Em apoio a Scott, Roseberry (1989, 47) lembra uma passagem de Marx e Engels, em que eles afirmam que “os indivíduos que compõem a classe subordinada possuem, entre outras coisas, consciência; e, portanto, pensam”, e sustenta que o conflito entre as definições culturais dominantes e as experiências vividas das pessoas comuns pode ser “o ponto focal para a produção de novos significados alternativos, novas formas de discurso, novas seleções da tradição ou conflitos e lutas a respeito do significado de elementos particulares da tradição”. As observações de Roseberry dialogam com Gramsci, que enfatizava o fato de que os subalternos também produzem cultura, e que o folclore, entendido não como algo estático, transmitido através de gerações, mas como algo construído como oposição, que desafia as “concepções oficiais do mundo”, é uma manifestação relevante (CREHAM, 2002). Tomando por base a premissa de que a expressão subalterna é possível, vemos que se, por um lado, esses espaços alternativos lutam contra sua condição subalterna, sua subalternidade também lhes permite se engajar politicamente e fornecer sua própria perspectiva sobre questões presentes e sobre suas próprias experiências. Nesse sentido, Roseberry (1994) afirma que Gramsci nunca sugeriu que grupos subalternos se encontram “imobilizados por algum tipo de consenso ideológico”, afirmando, ao contrário, que “as relações entre os governantes e os grupos subalternos são caracterizadas pelo conflito, a luta e a discussão”. O autor também defende que o termo deveria ser entendido num contexto de luta e não de mero consenso, e que o fato de o Estado buscar se impor não significa que ele será bem-sucedido em obrigar os dominados a seguir suas ordens. Seguindo as análises do conceito gramsciano empreendidas por Crehan, Roseberry e Scott, podemos dizer que o IPN, a ORTC e as organizações envolvidas com a Pedra do Sal podem enfrentar a relutância de alguns – inclusive do Estado – mas sua missão continua, assim como a Diáspora Africana.

O VALONGO E A DIÁSPORA

Durante minha pesquisa, o termo “diáspora” apareceu em conversas sobre questões relativas ao tráfico transatlântico de escravos e à escravidão, desde em apresentações em conferências até descrições de cursos oferecidos pelo IPN, em sua lista de e-mail. Este uso

frequentemente sugeria uma definição de “diáspora” como o deslocamento, da África para a Américas, num processo violento, representado pelas ruínas do Valongo. Uma entrevista transcrita por Cicalo (2015) com o ativista negro Eloi Ferreira Araújo, ex-presidente da renomada organização afro-brasileira Fundação Palmares, reflete esse uso: “aquelas pedras falam, elas comunicam o sofrimento experienciado por homens e mulheres escravizados quando desembarcavam dos navios negreiros e pisavam naquelas pedras a caminho do mercado de escravos”. A luta pela memorialização do passado, ainda que reconhecendo desafios do presente, tem sido parte do engajamento ativo da Diáspora Africana ao redor do mundo, com ativistas negros resistindo às narrativas coloniais e buscando chamar atenção para a agência de sujeitos afro-caribenhos e afro-latino-americanos. Araújo (2018, 277) sustenta que esse fenômeno ganhou força nas décadas de 1980 e 1990, devido à “emergência de identidades locais que se tornaram mais proeminentes como reação a uma era em que a globalização interconectou sociedades e populações”. Araújo divide as iniciativas voltadas à memorialização de sítios relacionados a escravos em quatro categorias: (1) a divulgação de sítios existentes na África e nas Américas; geralmente masmorras, fortes e depósitos, na primeira, e docas, mercados e antigas plantações, na segunda; (2) monumentos e memoriais construídos recentemente, resultado de “processos que combinam a memória coletiva, pública e oficial” (2018, 277); (3) festivais e eventos que celebram o patrimônio imaterial da Diáspora Africana; e (4) museus estatais, privados ou comunitários que tratam do tema da escravidão. Na mesma linha do primeiro e segundo tipos listados por Araújo, Bonilla (2011, 322) vê esse processo no Caribe Francês como parte de um *devoir de memoire*, ou um “dever da memória”, exemplificado, em Guadalupe, pela construção de estátuas de ativistas negros e pela pintura de murais, mas também pela apropriação de locais “como importantes domínios da memória, em especial usando-os como pontos de encontro para marchas históricas e outros eventos comemorativos”. O autor também enfatiza que esses engajamentos subalternos contrastam com iniciativas turísticas mercantilizadas, que exaltam o passado escravista da ilha, oferecendo passeios por *plantations* e outras atividades semelhantes, ao invés de chamar atenção para a resistência das pessoas escravizadas e para o legado da escravidão no tempo presente. Esta mercantilização do turismo e o obstáculo que ela impõe à memorialização dos locais relacionados ao tráfico de escravos foram apontados pela UNESCO, que estabeleceu, em 1994, o projeto “A Rota do Escravo”, que visa constituir um “mapeamento global desses sítios e lugares, e estimular o desenvolvimento de um turismo inter-regional da memória, não apenas como uma atividade geradora de renda, mas também como a expressão de uma nova solidariedade entre a África e os países que se beneficiaram das contribuições de pessoas de ascendência africana” (MOUSSA, 2015). Um relatório que expressa preocupações dos habitantes de Guadalupe afirma que iniciativas relacionadas ao turismo podem levar “profissionais do turismo a sobrevalorizar o legado colonial”, como é o caso de passeios pelas antigas casas dos senhores, nas *plantations*, por fortificações e outras

estruturas, que não destacam o valor das habilidades das pessoas escravizadas, nem sua “resistência à opressão e sua criatividade econômica e cultural para sobreviver à desumanização a que estavam destinados” (IBIDEM).

Engajamentos similares, envolvendo memória e memorialização, também têm tido lugar nas Américas e na costa africana. No contexto da África pós-independência e do crescimento dos debates pós-coloniais, a UNESCO expandiu sua Lista do Patrimônio Mundial em direção ao Sul Global, adicionando um conjunto de castelos em Gana ao seu repositório, em 1979. A organização afirma que essas fortificações, construídas entre os séculos XIV e XVIII, constituíram uma “parte significativa do desenvolvimento do tráfico de escravos e, portanto, da história das Américas e, subsequentemente, no século XIX, da supressão daquele tráfico” (UNESCO, 1979). Ao examinar o caso dos castelos de Gana, Mowatt e Chancellor (2011, 1414) sustentam que essas fortificações “ocupam um lugar especial no patrimônio da Diáspora Negra, servindo tanto como um reservatório para a experimentação da identidade como também prova histórica da escravidão”, destacando ainda a transformação desses locais em atrações turísticas patrimoniais, onde visitantes negros, vindos dos EUA, da América Latina e do Caribe, realizam aquilo que os autores chamam de uma busca por “confirmação” de sua identidade, através das complexas experiências resultantes da visita a essas fortificações. Sandra Richards, sendo ela mesma uma jamaicana-americana, questiona as comparações dos castelos com o Museu do Holocausto, nos EUA, onde, além de aulas de história, os visitantes são expostos a uma miríade de objetos pessoais que pertenceram a crianças, adultos e idosos brutalmente assassinados pelo regime Nazista, o que evoca a existência livre dessas pessoas, antes do seu aprisionamento e morte. A estudiosa afirma que, diferente do museu de Washington, além de “umas poucas correntes e ferros para as pernas [em Gana] ... nada oferece testemunho do momento pré-traumático, cuja representação pode resgatar as vítimas da categoria de abstração mercantilizada e permitir aos visitantes apreciar a particularidade de suas vidas” (RICHARDS, 2005, 626). De acordo com Richards, isso permite que os visitantes representem, eles mesmos, o papel dos restos e objetos ausentes, imaginando a si próprios como parte da diáspora que emergiu daqueles castelos. Apesar de Mowatt, Chancellor e Richards se inclinarem a uma visão em geral positiva do turismo e de seu efeito nos imaginários subjetivos da Diáspora Africana, o caso de Gana também é alvo de visões contraditórias, no que diz respeito a esse tipo de visitação. Os castelos receberam financiamento do governo de Gana, das Nações Unidas, de agências estadunidenses e de multinacionais como a Shell, destinado à restauração e à implementação de instalações voltadas ao turismo. As controvérsias incluem uma proposta de um restaurante, a ser instalado em um dos castelos, que supostamente permitiria visitas mais longas; um projeto que foi rapidamente criticado por grupos afro-americanos, que viram a proposta como uma ameaça ao caráter sagrado do castelo, sugerindo a existência de um conflito entre a Diáspora e o governo de Gana. Este, em resposta, classificou os estrangeiros como meros

visitantes, que gritam, mas não investem (RICHARDS, 2005). Richards também menciona possíveis falhas nas exposições nos castelos de Elmina e Cape Coast, onde os guias às vezes ignoram partes das mostras e onde narrativas nacionalistas parecem se sobrepor aos horrores da escravidão, sugerindo um tipo de substituição “em que um ator saudável ou uma narrativa do progresso surgem no lugar de corpos desumanizados e histórias de degradação” ou através da qual imagens ahistóricas são exibidas ao público (RICHARDS, 2005, 632). Essa lente nacionalista, que obscurece a dominação europeia ao mesmo tempo em que exalta os reinos africanos pré-coloniais, traz à mente a crítica de Prashad (2007) sobre as falhas do movimento terceiro-mundista que, a despeito de suas realizações, em certos contextos levou ao fortalecimento de discursos nacionalistas no Sul Global.

As histórias e tensões dos casos de Guadalupe e Gana situam o Valongo em uma rede diaspórica global de espaços que deveriam transcender os museus e pontos turísticos e, na realidade, têm sido transformados em arenas para o ativismo social e para a releitura da história pela perspectiva daqueles que têm sido sistematicamente silenciados (TROUILLOT, 1995) e que, no entanto, seguem sofrendo diferentes tipos de pressões por parte do Estado e de atores privados. O caso do Valongo, portanto, contribui não apenas para uma desejável revisão histórica, mas também propõe uma outra lente para o entendimento das redes globais de afro-resistência, situando o Rio como cidade global, não apenas na definição voltada para o mercado, mas como local de resistência, em meio a um processo global em andamento, que tem enfatizado o papel das cidades no engajamento civil em busca de transformação social (SASSEN, 2005). De diferentes formas, ativistas e pesquisadores no Rio reproduzem essa mesma ideia, frequentemente historicizando o Valongo em um contexto Brasileiro muito específico, nem sempre estabelecendo conexões globais com outros portos similares ou, mais especificamente, com imaginários diaspóricos que, por outro lado, tem se feito notavelmente presentes nas manifestações culturais brasileiras, tais como em letras de músicas e apresentações de dança. Enquanto que os potenciais debates diaspóricos pareciam restritos a narrativas muito locais, ativistas e pesquisadores em minha pesquisa de campo demonstraram possuir uma visão muito clara da área do porto, e do Valongo especificamente, como espaços importantes para os afro-latino-americanos, devido tanto a história da escravidão quanto a relevância das manifestações culturais que tiveram aquele lugar como um palco importante.

O conceito de “diáspora”, no entanto, tem sido contestado devido ao seu uso excessivo na academia, que pode ser verificado através da miríade de publicações que incorporam o termo em seu título ou subtítulo, especialmente desde a década de 1990 (COHEN, 1999). William Safran contesta este uso generalizado, propondo a adoção do conceito quase exclusivamente para se referir aos casos dos judeus e dos armênios. Apesar de reconhecer o uso do termo para se referir a várias formas de migração e deslocamento, o autor sustenta que ele deveria ser utilizado em casos específicos, nos quais a comunidade é caracterizada por (1) uma dispersão centro-periferia; (2) uma memória coletiva a respeito

de uma terra pátria; (3) uma crença na ausência de uma adesão plena à comunidade em que se encontram; (4) uma crença na ideia de que a terra pátria é o seu verdadeiro lar, para o qual seus descendentes deveriam retornar; (5) um esforço para a restauração da terra pátria; e (6) a existência de uma relação com essa terra pátria, cultivado através de alguma forma de laço comunal ou solidariedade (SAFRAN, 1991). Ao restringir dessa forma o conceito de diáspora, o autor exclui comunidades que migraram e assimilaram a cultura de seu novo país, argumentando ainda que a ausência de um deslocamento forçado excluiria a ideia de diáspora. No que diz respeito aos afro-americanos, o autor afirma que, ainda que historicamente eles tenham constituído uma comunidade diaspórica, não existe no presente uma herança africana comum a ser preservada, nem uma terra pátria a ser restaurada, ainda que possam se formar redes de solidariedade entre populações negras nos EUA e africanos (SAFRAN, 1991). Uma definição clara para o termo “diáspora”, no entanto, segue longe de ser atingida. Os diálogos acadêmicos sobre o conceito seguem intensos, devido ao seu vasto uso pelos estudiosos, e o “checklist” proposto por Safran tem sido criticado por seu excessivo idealismo. Clifford (1994, 305) sustenta que o “tipo ideal” proposto por Safran, que deixa pouca margem para que diferentes grupos diaspóricos sejam reconhecidos, contradiz as experiências históricas dos próprios judeus, que constituem possivelmente o grupo diaspórico mais consensualmente reconhecido. O autor argumenta que muitos judeus não aderiram aos requisitos estabelecidos por Safran, especialmente “o forte vínculo com uma terra pátria bem preservada e o desejo de a ela retornar”.

As ruínas do cais e os cemitérios próximos materializam os horrores do tráfico de escravos, a funesta “passagem do meio” e o tratamento descartável dispensado a seres humanos, cujos restos foram encontrados em vários locais, ao longo da área do porto. Tomando uma direção diferente, Tölölyan (1991, 4) afirma que o termo “partilha significados com um domínio semântico mais amplo, que inclui palavras como imigrante, expatriado, refugiado, trabalhadores temporários, comunidade no exílio, comunidade além-mar, comunidade étnica”. O conceito utilizado pelo autor enfatiza a mobilidade e, dessa forma, inclui trabalhadores temporários e outras modalidades de migração, independentemente da existência de um vínculo com ideais relativos a uma terra pátria, mas sim com uma exposição compartilhada à exploração econômica no contexto global. Assim, seria possível considerar comunidades que enfrentam exclusão por parte do Estado como diaspóricas. Cohen (1999), ao expor as perspectivas mencionadas acima, afirma que o termo “diáspora” é geralmente usado para se referir a (1) o deslocamento de populações homogêneas de espaços específicos, em tempos específicos; (2) reassentamentos sucessivos de populações, por longos períodos de tempo, que levam ao estabelecimento de um (temporário ou permanente) “lar longe do lar”; ou (3) um sentimento de deslocamento de territórios nacionais vinculado a um desejo de “retornar ou reivindicar direitos” relativos a esses territórios. Dessa forma, diáspora se torna uma maneira de pensar os conflitos com o Estado-nação hegemônico, uma posição-condição de comunidades em relação

a um Estado que historicamente as excluiu. A percepção de Cohen acerca da diáspora que, ao contrário da visão de Safran, não está vinculada a requisitos espaciais objetivos e concretos, é complementada por Werbner, que lembra que os estudiosos da diáspora têm revisto a ideia de que as comunidades diaspóricas mantêm vínculos afetivos com uma única terra pátria. O autor afirma que considerar “a pátria original como o único centro sagrado possível e único destino de peregrinação de uma diáspora” é, na verdade, um erro, uma vez que, com o passar do tempo, novos centros sagrados são formados e observados pelas comunidades diaspóricas (WERBNER, 2000, 16).

A dimensão psíquica da diáspora, juntamente com a possibilidade de utilização do termo em relação à duradoura marginalização física das populações negras, resultado de sua relação conflituosa com o Estado e com as classes dominantes brancas, permite que sua adoção em relação ao Valongo seja debatida, bem como o entendimento de que o Valongo se enquadra na estrutura diaspórica. Incrustado em um cenário complexo e incomum, entre morros de formato estranho, o Oceano Atlântico, uma grande baía e uma das maiores florestas urbanas do mundo, o Rio de Janeiro é um lugar de contradições, disparidades e de contiguidade entre comunidades e vizinhanças desiguais.

CONCLUSÃO

A importância global do Rio de Janeiro para as redes do tráfico de escravos, que conectavam a cidade à África, à Metrópole e a outras partes da América Latina, foi registrada e revivida pelas descobertas na área do Valongo. No entanto, apesar de ativistas e estudiosos do Valongo reivindicarem uma análise diaspórica do local, que vá além da abordagem institucional proposta pela UNESCO, o caráter global da região ainda enfrenta a oposição de uma visão estreita acerca dessa característica, frequentemente refletida no uso do termo “diáspora” para se referir à “Passagem do Meio”, mas não em referência à constelação de sítios similares que existem em outros lugares, de Gana a Guadalupe, ou em referência ao aspecto psíquico do termo, ou à possibilidade de adoção do termo em relação à marginalização dos afro-brasileiros pelo próprio Estado brasileiro. Essa redução do debate sobre o conceito contrasta com perspectivas muito mais amplas, apresentadas por autores afro-caribenhos e americanos engajados nos estudos da Diáspora, e também com as ações efetivas dos ativistas no terreno.

Nesse sentido, instituições subalternas e seus membros no Rio de Janeiro efetivamente adotam uma lente diaspórica como contraponto a narrativas hegemônicas e ações concretas (como o projeto privatista de renovação do porto), destacando a agência dos afro-brasileiros e dos membros da Diáspora Africana na construção de suas sociedades. Como um local de reunião para pessoas de diferentes origens e experiências – moradores, candomblecistas (povo de santo), ativistas de movimentos sociais, pedestres e pessoas em situação de rua – mas com raízes negras compartilhadas, as atividades que

cercam o Valongo buscam enfatizar sua relevância como um eixo do tráfico transatlântico de escravos, mas também memorializar o presente. Nesse sentido, o engajamento social ao redor do Valongo tem sido crucial para que afro-brasileiros possam repensar e responder aos desafios contemporâneos, inserindo o Valongo no âmbito local e global, propondo que o sítio seja não apenas um local de memória, mas também de engajamentos presentes.

REFERÊNCIAS

AIDOO, Lamonte. **Slavery Unseen: Sex, Power, and Violence in Brazilian History**. Durham: Duke University Press, 2018.

ALMANDOZ MARTE, Arturo (Org.). **Planning Latin America's capital cities, 1850 - 1950**. London: Routledge, 2002. (Planning, history and the environment series).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. *In*: O'DWYER, Eliane Catarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

AMAR, Paul. **The Security Archipelago: Human-Security States, Sexuality Politics, and the End of Neoliberalism**. Durham: Duke University Press, 2013.

ANDREWS, George Reid. **Afro-Latin America, 1800-2000**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

ANDREWS, George Reid. Inequality: Race, Class, Gender. *In*: DE LA FUENTE, Alejandro; ANDREWS, George Reid (Orgs.). **Afro Latin-American Studies: An Introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 52–91.

BARONOV, David. **The Abolition of Slavery in Brazil: The “Liberation” of Africans Through the Emancipation of Capital**. Westport: Greenwood Press, 2000.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BERGAD, Laird W. **The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba, and the United States**. New York: Cambridge University Press, 2007.

BICALHO, Maria Fernanda. **Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BONILLA, Yarimar. The past is made by walking: labor activism and historical production in postcolonial guadeloupe. **Cultural Anthropology**, v. 26, n. 3, p. 313–339, 2011.

BOWEN, Merle L. The struggle for black land rights in Brazil: an insider's view on quilombos and the quilombo land movement. **Journal African and Black Diaspora: An International Journal**, v. 3, n. 2, p. 147–168, 2010.

BROUDEHOUX, Anne Marie; MONTEIRO, João Carlos Carvalhaes dos Santos. Reinventing Rio de Janeiro's old port: territorial stigmatization, symbolic re-signification, and planned repopulation in Porto Maravilha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 3, p. 493–512, 2017.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. O papel da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro na estruturação do espaço urbano: uma “máquina de crescimento urbano”? **O Social em Questão**, v. XVI, n. 29, p. 69–100, 2013.

CAVALCANTI, Mariana. Do Barraco à Casa: Tempo, Espaço e Valor(Es) Em Uma Favela Consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, p. [online version], 2009.

CICALO, André. ‘Those Stones Speak:’ Black-Activist Engagement with Slavery Archaeology in Rio de Janeiro. **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**, v. 10, n. 3, p. 251–270, 2015.

CLIFFORD, James. Diasporas. **Cultural Anthropology**, v. 9, n. 3, p. 302–338, 1994.

COHEN, P. Rethinking the Diasporama. **Patterns of Prejudice**, v. 33, n. 1, p. 3–22, 1999.

CONRAD, Robert Edgard. **Tumbeiros: o Tráfico de Escravos para o Brasil**. Brasiliense. São Paulo: [s.n.], 1985.

CORRÊA, Maira Leal. **Quilombo Pedra do Sal**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

CREHAN, Kate A. F. **Gramsci, culture, and anthropology**. Berkeley: University of California Press, 2002. Disponível em: <<http://catalog.hathitrust.org/api/volumes/oclc/49901893.html>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

DÁVILA, Jerry. **Diploma of Whiteness: Race and Social Policy in Brazil, 1917- 1945**. Durham: Duke University Press, 2003.

DAVIS, Mike. **Planet of Slums**. New York: [s.n.], 2006.

DE LISIO, Amanda; RABELLO SODRÉ, Joao Gabriel. FIFA/IOC-Sanctioned Development and the Imminence of Erotic Space. **BLAR - Bulletin of Latin American Research**, n. Special Issue Article: Sport and Social Transformation in Brazil, p. 1–14, 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Negro no Brasil: Histórias das Lutas Antirracistas. *In*: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (Orgs.). **Histórias Afro-Atlânticas: [vol. 2] antologia**. [s.l.]: MASP, 2018.

DUNN, Christopher. Donga 1889-1974. *In*: APPIAH, Kwame Anthony; GATES, Henry Louis (Orgs.). **Africana: The Encyclopedia of the African and African American Experience**. 2nd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2005, v. 2, p. 431.

FERREIRA, Roquinaldo; SEIJAS, Tatiana. The Slave Trade to Latin America: A Historiographical Assessment. *In*: DE LA FUENTE, Alejandro; ANDREWS, George Reid (Orgs.). **Afro-Latin American Studies: An Introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

FIGUEIREDO, Olga Maria. O caráter simbólico e significados de uma necrópole inglesa na cidade do Rio de Janeiro. **Espaço e Cultura**, n. 30, p. 55–64, 2011.

GALOTTI, Beatriz; GRINBERG, Keila. Lei de 1831. *In*: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GILROY, Paul. **The black Atlantic: modernity and double consciousness**. Nachdr. Cambridge, Mass: Harvard Univ. Press, 2000.

GOMES, Tiago de Melo. Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930. **Afro-Ásia**, n. 29–30, p. 175–198, 2003.

GONÇALVES, Rafael Soares. Porto Maravilha, Renovação Urbana e o Uso da Noção de Risco: Uma Confluência Perversa no Morro da Providência. **Libertas: Revista da Faculdade de Serviço Social**, v. 13, n. 2, p. 175–207, 2013.

HERTZMAN, Marc Adam. A Brazilian Counterweight: Music, Intellectual Property and the African Diaspora in Rio de Janeiro (1910s-1930s). **Journal of Latin American Studies**, v. 41, n. 4, p. 695–722, 2009.

HOLTON, Robert John. Cosmopolitanism or cosmopolitanisms? **Global Networks**, v. 2, n. 2, p. 153–170, 2002.

HONORATO, Cláudio. Instituto dos Pretos Novos. *In*: GURAN, Milton (Org.). **Roteiro da Herança Africana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2018.

IMAGINE RIO. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://hrc.rice.edu/ImagineRio/home>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010 - Aglomerados subnormais: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2018.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. **Slavery in Brazil**. 1. ed. New York, NY: Cambridge Univ. Press, 2010.

KOBRA, Eduardo. **Ethnicities**. Eduardo Kobra. Disponível em: <<https://www.eduardokobra.com/etnias/#>>.

LACERDA, João Batista. The “metis,” or Half-Breeds, of Brazil. *In*: SPILLER, G. (Org.). **Papers on Inter-racial Problems Communicated to the First Universal Races Congress Held at the University of London, July 26-29, 1911**. London: P.S. King & Son, 1911.

LARA, Sílvia Hunold. The Signs of Color: Women’s Dress and Racial Relations in Salvador and Rio de Janeiro, ca 1750-1815. **Colonial Latin American Review**, v. 6, n. 2, p. 205–224, 1997.

LIMA, Monica. Cais do Valongo. *In*: GURAN, Milton (Org.). **Roteiro da Herança Africana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2018.

LIMA, Tania Andrade; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, n. 1, p. [online edition], 2016.

LIMA, Tania Andrade; SOUZA, Marcos André Torres de; SENE, Glaucia Malerba. Weaving the Second Skin: Protection Against Evil Among the Valongo Slaves in Nineteenth-century Rio de Janeiro. **Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage**, v. 3, n. 2, p. 103–136, 2014.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. **Iberoamericana**, v. 11, n. 42, p. 145–158, 2011.

MCCANN, Bryan. **Hard Times in the Marvelous City: From Dictatorship to Democracy in the Favelas of Rio de Janeiro**. Durham: Duke University Press, 2014.

MEIRELLES, Fernando; LUND, Kátia. **City of God**. [s.l.]: Miramax (US), 2002.

MITCHELL, Gregory. Evangelical Ecstasy Meets Feminist Fury: Sex Trafficking, Moral Panics, and Homonationalism during Global Sporting Events. **QLG**, v. 22, n. 3, p. 325–357, 2016.

MOUSSA IYE, Ali. The Slave Trade and Slavery: how to reconcile the ethics of commemoration and the marketing of cultural tourism? *In*: ARIZMENDI, Addaia; AMARANGGANA, Aditya; CANO, Beatriz; *et al* (Orgs.). **Global Report on Cultural Routes and Itineraries**. Madrid: World Tourism Organization, 2015, p. 82–84.

MOWATT, Rasul A.; CHANCELLOR, Charles H. Visiting death and life: dark tourism and slave castles. **Annals of Tourism Research**, v. 38, n. 4, p. 1410–1434, 2011.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **The Sorcery of Color**. Temple University Press: Philadelphia. Philadelphia: Temple University Press, 2007.

NEEDELL, Jeffrey D. Making the Carioca Belle Epoque Concrete: The Urban Reforms of Rio de Janeiro under Pereira Passos. **Journal of Urban History**, v. 10, n. 4, p. 383–422, 1984.

OFFEN, Karl. Environment, Space, and Place: Cultural Geographies of Colonial Afro-Latin America. *In*: DE LA FUENTE, Alejandro; ANDREWS, George Reid (Orgs.). **Afro-Latin American Studies: An Introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 486–533.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond : IPHAN, 2007. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=dcVHAAAAYAAJ>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

PRASHAD, Vijay. **The darker nations: a people's history of the third world**. Princeton, N.J.: Recording for the Blind & Dyslexic, 2007.

PRESTAGE, Edgar. The Anglo-Portuguese Alliance. **Transactions of the Royal Historical Society**, v. 17, p. 69–100, 1934.

PUTNAM, Lara. Transnational Frames of Afro-Latin Experience: Evolving Spaces and Means of Connection, 1600–2000. *In*: DE LA FUENTE, Alejandro; ANDREWS, George Reid (Orgs.). **Afro-Latin American Studies: An Introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

RABELLO SODRÉ, João Gabriel. Subaltern Spaces and Diasporic Imaginaries in Rio de Janeiro's Valongo Wharf. **Tinta Journal**, v. 1, 2020. (Second Series). Disponível em: <<https://tinta.spanport.ucsb.edu/digital-issues>>.

RANGEL, Alfredo Américo de Souza. **Melhoramentos da Cidade Projetados pelo Prefeito do Distrito Federal: Dr. Francisco Pereira Passos**. [s.l.: s.n.], 1903.

RICHARDS, Sandra L. What Is to Be Remembered?: Tourism to Ghana's Slave Castle-Dungeons. **Theatre Journal**, v. 57, n. 4, p. 617–637, 2005.

RICHMOND, Matthew Aaron; GARMANY, Jeff. 'Post-Third-World City' or Neoliberal 'City of Exception'? Rio de Janeiro in the Olympic Era. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 40, n. 3, p. 621–639, 2016.

ROSEBERRY, William. **Anthropologies and histories: essays in culture, history and political economy**. New Brunswick: Rutgers Univ. Press, 1989.

ROSEBERRY, William. Hegemony and the Language of Contention. In: JOSEPH, Gilbert M.; NUGENT, Daniel (Orgs.). **Everyday Forms of State Formation: Revolution and the Negotiation of Rule in Modern Mexico**. Durham and London: Duke University Press, 1994.

SAFRAN, William. Diasporas in Modern Societies: Myths of Homeland and Return. **Diaspora: A Journal of Transnational Studies**, v. 1, n. 1, p. 83–99, 1991.

SASSEN, Saskia. The Global City: introducing a Concept. **Brown Journal of World Affairs**, v. 11, n. 2, p. 27–43, 2005.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. Brasil, Estados Unidos e Guerras Culturais. In: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (Orgs.). **Histórias Afro-Atlânticas: [vol. 2] antologia**. [s.l.]: MASP, 2018.

SILVA, Gabriela Moraes; SALDIVAR, Emiko. Comparing ideologies of racial mixing in Latin America: Brazil and Mexico. **Sociologia & Antropologia**, v. 8, n. 2, p. 427–456, 2018.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Valongo. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

THE TRANS-ATLANTIC SLAVE TRADE DATABASE. **Estimates**. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

TÖLÖLYAN, Khachig. The Nation-State and Its Others: In Lieu of a Preface. **Diaspora: A Journal of Transnational Studies**, v. 1, n. 1, p. 3–7, 1991.

TORRES, Livia; MACHADO, Mariucha; SILVEIRA, Daniel. Primeiro trecho do Elevado da Perimetral é implodido no Rio. **G1**, Online Edition. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/11/elevado-da-perimetral-e-implodido-no-rio.html>>.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past – Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.

TWINE, France Winddance. **Racism in a Racial Democracy**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

UNESCO. **Forts and Castles, Volta, Greater Accra, Central and Western Regions**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/34>>. Acesso em: 16 maio 2019.

UNESCO. **Valongo Wharf Archaeological Site**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/1548>>.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, v. 29, n. 127, p. 581–597, 1994.

VOYLES, Traci Brynne. **Wastelanding: Legacies of Uranium Mining in Navajo Country**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.

WEAVER, Blanche Henry Clark. Confederate Immigrants and Evangelical Churches in Brazil. **The Journal of Southern History**, v. 18, n. 4, p. 446–468, 1952.

WERBNER, Prina. Introduction: The Materiality of Diaspora—Between Aesthetic and “Real” Politics. **Diaspora: A Journal of Transnational Studies**, v. 9, n. 1, p. 5–20, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

América Afro-Latina 44

Anthony Giddens 14, 15, 16, 19, 21, 23

Arqueologia 44

C

Capital cultural 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81

Capitalista 73, 74, 77, 78, 79, 80

Comunidades Quilombolas 24, 38

Condições de saúde 24, 26, 27, 32, 35, 36, 37

Condições de vida 10, 24, 26, 28, 37, 39

D

Diáspora Africana 44, 45, 47, 59, 61, 62, 63, 66

Discriminação histórica 24, 37

Diversidade cultural 6, 8, 9, 10, 12, 13

E

Educação 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 26, 31, 37, 38, 73, 81, 100, 106, 119, 120

Empresários 48, 73, 78, 79

Ensino regular 1, 3, 4, 5

Escravidão 44, 46, 49, 50, 52, 53, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 71

Escrita 52, 102, 110

Estudos Afro-Brasileiros 11, 44

Experiência 14, 15, 17, 18, 19, 21, 29, 54, 84, 85, 86, 90, 95, 97, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119

H

Humanidade e animalidade 82, 83, 100, 101

I

Inclusão 1, 2, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 45, 50, 80, 120

L

Literatura 11, 45, 47, 50, 82, 83, 85, 86, 100, 101, 117, 120

M

Magia 102, 104, 110, 117

Memorialização 44, 47, 57, 59, 60, 62, 63

Modernidade 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 48, 107

P

Pandemia 40, 42

R

Racismo 6, 8, 9, 10, 11, 13, 49, 58, 59

Reflexividade 14, 19, 20, 21, 22, 112

T

TEA 1, 2, 3, 5

Tradição 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 61, 77, 80, 107

Transe 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 116

Transtorno do espectro autista 1, 2, 3, 4, 5

ANTROPO LOGIA:

*Visão crítica da
realidade sociocultural*

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



ANTROPO LOGIA:

*Visão crítica da
realidade sociocultural*

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

